

Florestan Fernandes, a ciência como política, a política como ciência

Haroldo Ceravolo Sereza

Como citar: SEREZA, Haroldo Ceravolo. Florestan Fernandes, a ciência como política, a política como ciência. *In* : TOTTI, Marcelo Augusto (org.). **100 anos de Florestan Fernandes** : legado de ciência e militância. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 145-164. DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-298-7.p145-164>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

FLORESTAN FERNANDES, A CIÊNCIA COMO POLÍTICA, A POLÍTICA COMO CIÊNCIA

*Haroldo Ceravolo Sereza*¹

Primeiramente, gostaria de registrar minha alegria por participar deste livro, que inevitavelmente nos faz lembrar da Jornada de Estudos Florestan Fernandes, cujas falas integram a obra *O saber militante*, organizado por Maria Angela D’Incao. O encontro de 1986, organizado no campus de Marília pela Universidade Estadual Paulista, tornou-se um marco na trajetória do político Florestan Fernandes, que naquele ano seria eleito deputado federal, e também no reconhecimento e reeleitura de sua obra. Brincando com o célebre problema, diga-se de passagem, não resolvido pelo personagem Bentinho em *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, ali uniram-se não exatamente “as duas pontas” da vida de Florestan, mas, seguramente, duas delas, de uma vida cheia de ramificações: a do cientista social que assiste à consagração por seus pares e a do político que, a partir deste capital social acumulado, se lançará em uma nova e arriscada

¹ Doutor em Letras – Professor convidado do PPGLit-Ufscar
<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-298-7.p145-164>

empreitada, na qual se destacaria como constituinte e como parlamentar. Florestan ali era o sociólogo militante e o militante sociólogo².

Temos aqui uma nova oportunidade de fazer um balanço da obra de Florestan, desta vez num momento dramático para a história do país, em meio ao governo do presidente Jair Bolsonaro e à pandemia do coronavírus. Hoje, está ainda mais claro do que em 1986 que as contribuições de Florestan para a pesquisa e o debate racial no Brasil serão duradouras, ainda que eventualmente questionadas e colocadas em perspectiva. O mesmo se aplica a suas contribuições na construção dos campos da sociologia e da antropologia, nas intersecções da sociologia com a educação e, sobretudo, nos debates sobre a revolução burguesa brasileira e o caráter autocrático dessa burguesia, além, claro, dos problemas do subdesenvolvimento do Brasil e da América do Sul. Há farta bibliografia sobre esses temas em que a obra de Florestan é invocada, debatida e usada como referência. São contribuições que remetem a anos de intensa atividade intelectual e debate metodológico, com o cumprimento também de muitos projetos e tarefas burocráticas. Florestan, por conta desses debates, acumulados ao longo das décadas de 1940, 1950, 1960 e 1970, frequentemente é lembrado como sociólogo, antropólogo e educador.

Eu queria, no entanto, priorizar um outro Florestan, o Florestan político e, a seu modo, cientista político. Florestan que pensou o Brasil dos anos 1980, os limites da “transição transada”, como ele se referia ao processo que nos levou à Constituição de 1988, e os apontamentos do risco que o país corria por, uma vez mais, não realizar sua “revolução burguesa”.

No espaço da política, Florestan escreveu na segunda metade dos anos 1980 e início dos anos 1990 regularmente para veículos dos mais variados portes, com destaque para a *Folha de S. Paulo* e para o *Jornal do Brasil*, além de numerosos jornais partidários e sindicais ligados ao PT e à CUT, procurando analisar a conjuntura a quente e a partir de uma posição privilegiada, mas respeitando os limites éticos da sua posição como

² Este texto traz mudanças significativas em relação à fala apresentada no encontro de 2020, mas, ao mesmo tempo, procura preservar muitas das digressões e derivas presentes numa apresentação oral. Creio que esse é o melhor meio de não frustrar os que participaram das conversas e têm interesse na versão escrita e, por outro lado, não causar a sensação de incompletude que uma simples transcrição da fala traria.

candidato e depois como deputado – e, portanto, negociador do texto constitucional de 1988. Ao mesmo tempo, seus textos procuram desnudar os impasses sociais e políticos presentes na vida política e no Parlamento, para que os instrumentos das classes trabalhadoras pudessem agir com mais precisão e sucesso. Na “nota explicativa” (terminologia significativa adotada por Florestan na introdução da maior parte de seus livros) de *A Constituição inacabada*, Florestan (1989, p. 9) afirmou viver uma dupla condição, a de parlamentar e de observador, o que gerava conflitos de lealdade que ele procurou solucionar privilegiando a condição de observador. Mais do que sociologia a quente, portanto, ele fazia ciência política a quente, apontando os caminhos possíveis para os setores populares e progressistas, mas também as barreiras presentes nos processos, de modo a indicar, tanto quanto poderia, onde se dariam os conflitos presentes e futuros provocados pela luta de classes naquele Brasil em que o debate socialista se via bloqueado, pelo menos no que tange à Assembleia Nacional Constituinte. Se Florestan (1989, p. 10) cita Weber e sua experiência na República de Weimar na mesma nota, é preciso lembrar também que, desde o final dos anos 1970, é na figura de Lênin que ele busca um ideal. Sem a energia e uma trajetória política que permitissem a ele liderar o PT, Florestan toma como tarefa manter viva a teoria marxista e, mais especificamente, as ideias socialistas durante a década de 1980, sob inspiração muitas vezes explicitada dos escritos do revolucionário soviético.

Num artigo bastante detalhado e instigante sobre a Coleção Grandes Cientistas Sociais (CGCS) – coordenada por Florestan Fernandes e publicada pela editora Ática, que lançou 60 títulos (com trechos selecionados de obras de 58 autores) entre 1978 e 1990 –, Lidiane Soares Rodrigues (2018, p. 683) afirma que, após a aposentadoria, “[...] Florestan não se dedicou a novas pesquisas”. Rodrigues (2018, p. 687) escreve ainda que a seleção dos autores dos 14 volumes dedicados à política e os 8 à economia da CGCS “[...] não foi regrada pelo campo científico, mas pelas vicissitudes da vida política: são dirigentes políticos, líderes revolucionários ou quadros burocráticos do Estado.”³. Tal composição difere significativamente de

³ Lenin, Engels, Che Guevara, Trotsky, Joaquim Nabuco, Mariátegui, Isaac Deutscher, Stalin, Mao Tse-Tung, Sarmiento, Bolívar, Ho Chi Minh, Proudhon e Fidel Castro estão na seção “Política”; Keynes, Kalecki, Lange, Malthus, Marx, Furtado, Quesnay e Bukharin foram publicados na seção “Economia”. Acredito que

outras sessões, como “Sociologia”, “História” e “Antropologia”, da mesma coleção, para citarmos as mais numerosas.

Sem desconsiderar as qualidades da análise de Soares, creio que as afirmações destacadas merecem ser recompreendidas. Mais do que escolher autores cuja trajetória “não foi regrada pelo campo científico”, Florestan busca, com esse recorte, dizer o que entende por ciência política. Ou seja, para ele, são esses atores políticos que fizeram ciência política, ou pelo menos a ciência política que lhe interessa. A tensão se expressa, inclusive, no nome escolhido para a fração – política, em vez de ciência política. Desconheço se a motivação da escolha foi explicitada na própria coleção, mas, independentemente de essa justificativa ter sido apresentada, ela cria uma ambiguidade e, por sua vez, resolve um problema prático, que é o de evitar uma repetição (“grandes cientistas”/“ciência política”). Além disso, é evidente e relatado em múltiplos espaços, nesse momento de sua trajetória, o desconforto de Florestan com o rumo tomado pela profissionalização universitária, ou, o que dizia quando usava palavras menos dóceis, pelo carreirismo universitário. Não se trata, a meu ver, de rebaixar a política a uma não-ciência e fazê-la “pegar carona” numa coleção de “grandes cientistas sociais”, mas de dar status de ciência a um tipo de análise e leitura da realidade que lhe interessava naquele momento. É revelador, durante o processo de escrita dos textos reunidos em *A Constituição inacabada*, por sua vez, que Florestan (1989, p. 9-10) perceba que muitas vezes seus escritos têm mais impacto entre seus colegas parlamentares que seus discursos: “Passei, desse modo, a escolher entre um discurso e um artigo, e a avaliar os dois modos de comunicação do pensamento. O artigo mostrou-se mais maleável, com penetração relativa mais ampla e uma influência potencial maior”. A preocupação com a intervenção política por meio dos textos que escreve, inicialmente voltada prioritariamente para a própria esquerda, se expande: eles se tornam um meio de influir, de modo decisivo, nas leituras e decisões dos colegas parlamentares, de variadas tendências políticas. Se a sociologia devia ser militante, a ciência política também deveria ser pensada como um instrumento de ação militante.

é importante salientar, aqui, que a economia é uma ciência frequentemente produzida dentro da burocracia do Estado ou de empresas, e não apenas na academia, o que torna a seleção dos cientistas políticos ainda mais significativa.

Seguindo, novamente, os paradigmas da Revolução Russa, lembraria a proposição de Michael Burawoy (2014) no livro *Marxismo sociológico*. Num dos capítulos da obra, Burawoy toma o exemplo de Trotsky como um “cientista social” mais efetivo, por seus métodos, do que a cientista política norte-americana Theda Skocpol. Numa análise comparativa, Burawoy conclui que Trotsky prevê, a partir da análise do passado e do presente, eventos com mais precisão do que Skocpol, ainda que a cientista política trabalhe com muito mais dados quantitativos. Burawoy defende que é o método marxista que faz Trotsky ser mais confiável em suas previsões do que Skocpol.

Florestan, fora da academia e longe da possibilidade de levantar tantos dados quanto Skocpol, faz outra ciência, muito diferente da ciência política abrigada na universidade. Burawoy, como afirma Paula Marcelino (2017), contrapõe a ciência reflexiva à ciência positiva. Podemos tomar os livros de Florestan dos anos 1980 com a mesma perspectiva: se queremos, como queria Florestan, promover uma revolução democrática no país, precisamos de cientistas políticos que sejam também militantes, e militantes que sejam capazes de pensar cientificamente – do ponto de vista do socialismo científico – a política.

PENSAR PARA AGIR, AGIR PARA PENSAR

Antes de tratar especificamente dos textos desta época, que me parecem urgentes nos dias de hoje, vou retomar um pouco a formação de Florestan e de como entendo o seu modo de construir uma “ciência reflexiva”. Uma das coisas mais difíceis para mim quando escrevi *Florestan – A inteligência militante*, publicado em 2005, foi justamente citar seus textos. Para um autor como ele, temos de levar em conta, permanentemente, o funcionamento dialético das reflexões. Praticamente tudo o que Florestan diz entra, em seguida, num processo de reanálise pelo próprio Florestan. Assim, não há, em suas obras, muitas frases definitivas, que sintetizem uma discussão, porque essas frases, imediatamente após serem enunciadas, são problematizadas e novos limites são apontados, e então seu pensamento segue adiante.

Vou fazer, portanto, um exercício temerário aqui: citarei o início do capítulo 1 do livro *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, que, inclusive, dá nome ao volume:

O capitalismo não é apenas uma realidade econômica. Ele é também, e acima de tudo, uma complexa realidade sociocultural, em cuja formação e evolução histórica concorreram vários fatores extraeconômicos (do direto e do Estado nacional à filosofia, à religião, à ciência e à tecnologia). (FLORESTAN, 1981, p. 21).

Ou seja, Florestan rejeita a ideia dogmática de que o capitalismo explica tudo por si só; se assim fosse, no limite, o capitalismo não precisaria ser explicado, e a dimensão econômica daria conta de tudo. Pelo contrário, para Florestan, a dimensão econômica da vida é apenas uma parte da vida. Em outro trecho do mesmo livro, desta vez do capítulo 5, “A revolução brasileira dos intelectuais”, resultado de um discurso proferido após o golpe de 1964, diz, entre outras coisas:

Quaisquer que tenha sido nossas preferências ou aflições, nada do que ocorreu pode ser tachado de imprevisível na situação histórico-social e cultural do Brasil. Pagamos por erros e omissões que se acumularam ao longo de quatro séculos e meio. Transformar o algoz em vítima de nada nos adiantaria. Precisamos fazer algo mais complexo e definitivo: lutar contra as causas que tornam essas ocorrências inevitáveis, ou seja, com os fatores que perturbam, desequilibram e desorientam o desenvolvimento nacional. (FLORESTAN, 1981, p. 177).

Esse segundo trecho poderia, muito bem, ter sido escrito em 2014, quando o candidato do PSDB Aécio Neves se recusa a aceitar a vitória nas urnas ou, mais precisamente, em 2016, quando Câmara dos Deputados e Senado levaram a presidente Dilma Rousseff ao impeachment. Não que a situação seja idêntica, mas o diagnóstico de fundo permanece intacto. Não se trata de uma simples repetição anacrônica dos acontecimentos, mas do acúmulo de anos em que a esquerda e os setores progressistas não encontraram forças e meios suficientes para “lutar contra as causas que tornam essas ocorrências inevitáveis”. A escrita é precisa e perene

justamente porque ela entende o fenômeno de 1964 não como um evento isolado na história nacional e a partir de suas causas superficiais, mas como uma recorrência passível de nova repetição caso não se enfrentassem suas causas de fundo.

Citei esses dois trechos porque, primeiro, acho que eles estão relacionados a uma forma de pensar complexa, uma forma de pensar que, ao mesmo tempo, passa pelo desejo de apreender e de transformar a realidade. Ou seja, cada palavra que Florestan escreve tem esse duplo desejo, e isso já é perceptível, ainda de forma incipiente, em seu primeiro texto afamado, sobre as trocinhas do Bom Retiro, incluído no livro *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. Nesse estudo, realizado ainda na graduação, sobre as brincadeiras infantis, já se mostra presente essa vontade de apreender, o que se manterá até os últimos textos publicados na *Folha de S.Paulo*, nos anos 1990. Uso a palavra transformar pensando que ela poderia ser substituída por reformar ou por revolucionar: ao longo de sua vida, Florestan vai advogar reformas e revoluções, algumas reformas (como a educacional) com potencial revolucionário, outras revoluções com necessidades reformadoras.

Esse desejo de compreender para transformar se explica muito pela trajetória pessoal do escritor Florestan Fernandes⁴. Como sabemos, Florestan é, segundo suas próprias palavras, de origem lumpemproletária, ou seja, na “hierarquia social” da sociedade capitalista, encontrava-se abaixo do proletário. Ele é o filho de uma lavadeira e dependeu de favores para superar os primeiros anos. Herdeiro do que chamou de “orgulho selvagem” da mãe, recebia esses favores de forma ativa, porque eles sempre vinham com uma moeda de troca muito pesada.

Uma criança nessas condições enfrenta as violências que estão em casa, muitas simbólicas e algumas físicas, da própria família ou dos padrinhos, e outras que estão nas ruas, incluindo ameaças de violência sexual e constantes brigas entre seus pares lumpemproletários. Claro que essa trajetória não é suficiente, porque nem todos que passam por este processo de sair do “poço”

⁴ Gosto de me referir a Florestan também como escritor. Escritor aqui pensando não como ficcionista, mas como alguém que elabora textos de maneira recorrente, em diferentes campos só saber. Para mais detalhes sobre a vida de Florestan, cf. SEREZA, 2005; CERQUEIRA, 2004; GARCIA, 2002.

social desenvolvem tal capacidade de refletir sobre ele. Mas não me parece acaso, portanto, que, à primeira oportunidade, Florestan decida estudar as trocinhas, ou seja, grupos rivais de crianças. Para entrar num grupo, a criança recém-chegada tinha de participar do embate contra as trocinhas rivais e, assim, mostrar-se útil (expressão também usada por Florestan), para só então ser aceito e legitimado. Durante sua vida, Florestan precisou adentrar em muitos grupos, em especial a universidade, em que sua presença não era natural e precisava ser construída, como a entrada de uma criança numa trocinha. Estudar as trocinhas, de algum modo, já era decifrar, psicologicamente, numa espécie de autoanálise, a própria vida. Se para o estudo universitário aquilo tinha um valor coletivo, para Florestan era, também, ciência reflexiva, para compreender a própria vida.

O estudo das trocinhas mostra toda a perspicácia e a sensibilidade de Florestan para entender a partir da vida cotidiana, o povo, o popular e as relações que se estabelecem entre as pessoas e a sociedade como um todo. Wright Mills, que com frequência é citado quando pensamos na sociologia militante ou na sociologia pública, deixou-nos uma definição fantástica sobre o que é ter imaginação sociológica, que é ter consciência da estrutura social e utilizá-la com sensibilidade, identificando as ligações e a grande variedade de ambientes entre a pequena escala e a grande sociedade. Portanto, ser capaz de apreender e descrever a relação da grande estrutura com os eventos de pequena escala, ou seja, essa dupla dimensão, é, para Wright Mills (1969, p. 17), valer-se da tal imaginação sociológica. A imaginação do cientista social, e não apenas do sociólogo, é que faz Florestan ser tão importante para pensar problemas profundos de qualquer sociedade, em especial da sociedade brasileira. Para ele, os temas em tela não devem ser observados como quadros estáticos, mas como algo dinâmico, numa relação sofisticada entre as coisas pequenas e as coisas grandes. É essa característica, retomando a explanação de Paulo Fernandes Silveira neste nosso encontro, que explica a capacidade de Florestan de desarmar a bomba que a Unesco jogou em seu colo e no de Roger Bastide, na pesquisa sobre as relações raciais em São Paulo. O exercício de construção dessa pesquisa foi um desafio imenso porque, como Paulo Fernandes Silveira destacou, tudo estava sendo realizado para reafirmar a tese de Gilberto Freyre. Não por conservadorismo intrínseco, mas porque sociologicamente Freyre e

seus colegas estavam muito bem situados, sendo capazes de influir nas decisões do organismo internacional a ponto de tal organismo entender que estudar o Brasil permitiria apontar, para o mundo, soluções para a questão da desigualdade racial.

A pesquisa sobre as questões raciais em São Paulo chega a Bastide e Florestan com este recorte. Foi preciso grande articulação intelectual e política para que Bastide e Florestan buscassem ferramentas, fórmulas e parcerias, principalmente como o movimento negro, para desmontar o projeto de mostrar o Brasil e São Paulo, em particular, como exemplos de “democracia racial”. Num dos debates, cuja documentação Silveira recentemente me facultou, sobre a questão da mulher negra, a presidência da mesa foi passada para o movimento negro, deixando intencional e metodologicamente de ser conduzida por um dos pesquisadores da USP⁵. Ou seja, a forma como essa pesquisa foi feita foi uma invenção, uma capacidade de construção metodológica e de observação muito rara, especial e livre.

É essa liberdade de pensar de maneira autônoma e não dogmática a pesquisa é que leva ao desmonte dos argumentos que são construídos por Gilberto Freyre. Florestan também recorre a algo muito presente na pesquisa do próprio Freyre, que é a busca de situações cotidianas, de detalhes do discurso de brancos e negros, do relato de experiências pessoais. Uma etnografia que alguns podem julgar pouco rigorosa, mas que na realidade é capaz de captar o racismo estrutural presente nas práticas de instituições e indivíduos. É, digamos com alguma liberalidade, uma resposta freyriana a Gilberto Freyre. Mais que uma fragilidade, essa é uma das razões do sucesso dessa resposta: se não recorresse, em alguma medida, aos mesmos métodos do sociólogo pernambucano, parte da obra do autor de *Casa-grande & senzala* e *Sobrados e mucambos* ficaria sem contraponto e, portanto, poderia ter tido uma vida muito mais longa.

⁵ Registre-se que Florestan recusava a posição de uma leitura definitiva sobre a situação do negro no Brasil. Numa carta enviada ao militante negro gaúcho Edilson Amaral Nabarro, preservada por Nabarro e datada de 28 de dezembro de 1983, Florestan escreveu textualmente que a pesquisa que fez com Bastide era “uma picada e um ponto de partida”, para completar: “O negro se manifestará através de sua presença e da alteração que provocará mais cedo ou mais tarde na organização da sociedade brasileira. Sem o negro e sua participação revolucionária a luta de classes jamais atingirá o seu zênite, o negro é o diamante que cortará a linha da democracia social e racial no Brasil”..

O desmonte que Florestan, Bastide e o movimento negro fazem da tese da democracia racial é, também por essa razão, definitivo. E tanto mais admirável porque feito a partir do que era, de certo modo, também uma espécie de homenagem da Unesco à construção sedutora elaborada por Freyre nos anos 1930, ainda que vez ou outra Freyre volte no discurso dos grupos mais reacionários até na figura do injustiçado, como ocorreu na Festa Literária de Paraty de 2010, quando o sociólogo pernambucano foi o escritor homenageado. Cabe registrar que essa imagem de injustiçado não tem nenhum alicerce na realidade: Freyre é pensado e é tratado como um autor canônico no país e nunca foi escanteado ou perseguido por ser um sociólogo conservador ou mesmo reacionário. Pelo contrário, colecionou ganhos, sobretudo simbólicos, dessa posição.

O debate intelectual e a realidade, mostram todos esses casos, não são óbvios. A realidade não apenas expressa ou reflete (verbos que costumeiramente encontramos quando as ciências humanas se deparam com um tema), ela também provoca a imaginação. Os mecanismos de observação de dada realidade precisam ser imaginados, e a descrição e a compreensão da realidade exigem também espaço para a criação por parte do escritor, seja ele sociólogo, antropólogo, educador, jornalista ou – como vamos tratar aqui – cientista político. É essa capacidade de imaginar a realidade e de pensar as alternativas que estão em jogo em diferentes momentos que faz da obra de Florestan um pensamento vivo, que permite entender o passado, perceber o presente e projetar os futuros possíveis.

O POLÍTICO CIENTISTA POLÍTICO

Essa capacidade de projeção, presente nos escritos políticos dos anos 1980 e 1990, é o que hoje me parece mais urgente resgatar na obra de Florestan. São textos que versavam sobre a situação do país naquele momento e que, por outro lado, falam muito do Brasil de hoje. E que nem sempre recebem a mesma atenção dos intelectuais quando comparados com a produção anterior.

Florestan elaborou nesses anos um conjunto de reflexões que permitem pensá-lo não apenas como um político e deputado, ou seja, um

ator privilegiado do jogo parlamentar, mas também como um cientista político que busca expressar os problemas da política para o proletariado e para o conjunto dos trabalhadores. É também nessa época que o cuidado de Florestan com a edição dos textos em livro é radical, revelando um pensador que já imagina que seus escritos terão vida longa e que serão postos a prova do crivo não só dos contemporâneos, mas das gerações vindouras; alguém que tem a clareza de que sua vida chegaria ao fim antes da vida do que escrevia.

Em livros como *Brasil, em compasso de espera* (1980), *A ditadura em questão* (1982), *Que tipo de República?* (1986), culminando em *A Constituição inacabada* (1989) e com reflexos em *Em busca do socialismo* (1995), Florestan elabora de maneira prática, mas também teórica, questões fundamentais da transição democrática no país, ou seja, da transição da ditadura militar pra vida civil tutelada pelos militares. Tomo, assim, *A Constituição inacabada* como um livro paradigmático do período. Além da preocupação temática (a política contemporânea no Brasil), algo presente em todos esses livros, é possível perceber também um ganho estilístico na prosa de Florestan, que se mostra progressivamente mais solta, nem por isso menos rigorosa, no correr dos artigos, organizados cronologicamente, do mais antigo para o mais recente.

O segundo texto do livro, intitulado “A crise institucional”, foi publicado originalmente em 13 de julho de 1986 (FLORESTAN, 1989, p. 21-23), portanto no início da campanha eleitoral que o levaria à Constituinte e em meio ao sucesso do Plano Cruzado, que elevou a popularidade do governo José Sarney. Neste texto, Florestan, entre outras questões, coloca em debate a volubilidade do eleitorado brasileiro, analisa seu significado e propõe uma pauta para os partidos de esquerda:

O sintoma mais ostensivo e perigoso do que acontece reponta nas oscilações das massas, que buscam heróis populistas e saltam de galho em galho, a cada eleição. Elas não são um termômetro de que os de cima detêm o ‘controle do poder e da sociedade’. Ao inverso, são um índice de que milhões de humildes, oprimidos e espoliados estão desorientados e aceitam ‘qualquer coisa’ para ‘sair do atoleiro’ – de Jânios a Malufs.

Nessa conjuntura, “os partidos da ordem” não são capazes de socializar politicamente com a massa errática, mas, por outro lado, “[...] os partidos de esquerda não contam com meios para estender a sua atividade política organizada aos núcleos mais expressivos, na cidade e no campo”. O próprio PT “[...] não dá conta dos oprimidos que não conhecem o sal da Terra e sequer podem comer o pão que o diabo amassou”. Florestan advogava uma Assembleia Constituinte exclusiva, o que foi barrado pela ação do presidente José Sarney e de sua Nova República. Diante da impossibilidade, afirma que cabem explicitar as reivindicações proletárias “[...] em termos socialistas, mesmo quando elas são propostas para serem atendidas dentro da ordem e através da ordem”. O objetivo seria “[...] conquistar o centro dinâmico da ordem e da sociedade [...]” para que este centro conquistasse a capacidade de “[...] alterar as estruturas, os conteúdos e o rendimento do Estado”.

Temos, aqui, um método de compreender e de reportar uma situação política (a dificuldade dos partidos de interagirem com amplos setores da sociedade numa situação de crise institucional), uma proposta de abordar as demandas por meio de um discurso socialista (mesmo que o objetivo não seja a revolução, mas a reforma institucional), a busca pela conquista do “centro dinâmico da ordem” (a fração do Estado capaz de agir) “e da sociedade” com o objetivo de, a partir dessa conquista, promover as mudanças necessária rumo ao “socialismo proletário”. Tal abordagem se repetirá em muitos dos artigos do livro, variando o grau de otimismo em relação à conjuntura, mas sempre apontando o espaço de crise, o meio de intervir e o que se deve fazer com um poder eventualmente conquistado após disputas necessariamente entendidas como parte da luta de classes, mesmo quando ocorrem no Parlamento ou em outra instância “dentro da ordem”.

Diferentes aspectos dessa conjuntura política de então serão tratados pelo livro. Em “Nem ditador, nem Kerensky” (FLORESTAN, 1989, p. 67-70), de 6 de março de 1987, no início dos trabalhos da Constituição, Florestan afirma que Sarney foi elevado a “[...] uma altura que o amedronta e imobiliza [...]” e que ele se intromete na Assembleia Nacional Constituinte “[...] subalternizando-a aos desígnios do Executivo

[...]”, desconhecendo “[...] a natureza da situação histórica que o Brasil e a América Latina enfrentam”. Florestan também diz que, para Sarney, é desnecessária a “vocação ditatorial”, bastando a ele o “[...] compromisso com a ordem, com a defesa cega de sua reprodução e fortalecimento”. Numa análise que se revelaria precisa sobre os limites que ANC enfrentaria até o fim, Florestan escreve que ela aparecia “[...] como o elo tolerado de uma cadeia, que se inicia com o golpe militar de 1964, atinge o seu apogeu com o triunvirato de 1968-1969 e alcança maturidade com as políticas de transição dos governos dos generais Geisel e Figueiredo”.

Num outro artigo, publicado pouco à frente, em 26 de junho de 1987, “As perspectivas do PMDB” (FLORESTAN, 1987, p. 100-102), também vemos a precisão da leitura de um partido que se desfigurou ideologicamente e pôs-se em “contradição com suas raízes populares”. Entronizado como “[...] o núcleo principal de uma pseudo-Aliança Democrática, pela qual seria o principal partido da ordem a serviço do governo (e servindo-se dele) [...]”, o PMDB, ao mesmo tempo que sustentava Sarney, poluía-se “[...] com a gangrena clientelista e paternalista”. Neste cenário, em que o PMDB, especialmente seus radicais antigos e novos, ficava entre a potência de dar impulso à “revolução democrática” e a de “[...] fornecer um fortíssimo alento às forças políticas da contra-revolução, que se acham mais vivas do que em 1964 [...]”, “[...] não existe revolução democrática”. Num outro texto (“O novo partido”, de 10 de julho de 1988, p. 304-307), Florestan identifica os limites do projeto do PSDB, embora o saúde e deseje-lhe boa sorte:

Sabemos, de antemão, que uma esquerda da burguesia estará sempre presa a uma camisa-de-força insuperável, por maior e mais honesta que seja sua radicalidade. A nossa burguesia não cultiva a generosidade política e quer a sua parte em riqueza, poder e preservação da ordem existente. Ela não comporta uma esquerda radical em seus quadros e a esmagará, se ela avançar demais no campo das lutas sociais.

Sabemos, hoje, o quanto o PSDB aceitou esses limites e, para não ser esmagado, recuou até o limite de conduzir o golpe contra Dilma, entregar

o poder ao PMDB de Michel Temer e abrir o caminho para a extrema-direita bolsonarista.

Num dos momentos mais otimistas do livro, e portanto do processo constituinte, Florestan, no artigo “Adeus à transição” (FLORESTAN, 1989, p. 157-160), explica que a “[...] ANC foi concebida e montada para legitimar a transição lenta, gradual e segura, conforme a alvos de uma democracia ritual”. Mas nem tudo ocorreu de acordo com esse desenho inicial, diz Florestan. “Ao contrário, ela gestou e está gerando uma verdadeira Constituição, desigual e contraditória – como tinha de ser, em vista da iniquidades e impossibilidades decorrentes do desenvolvimento desigual –, e substantivamente democrática”. Ainda segundo ele, a “[...] ANC foi bitolada pela dialética venenosa e destrutiva da ‘transição’. Mas se contrapôs a ela e a superou, embora os frutos da vitória não sejam aqueles que os democratas liberais, radicais, nacionalistas, socialistas ou comunistas aspiravam”. Esse otimismo com as vitórias alcançadas, ainda que limitadas, se mantém, mas fica mais equalizado em “Derrota das ‘esquerdas?’” (FLORESTAN, 1989, p.189-1991). Aqui, Florestan afirma que, diante do cenário da ANC, a esquerda concentrou-se em “[...] infundir à Constituição liberdades políticas e direitos sociais que reduzem o despotismo burguês e, simetricamente, criem espaço político legal para a luta de classe”.

Esse “espaço legal para a luta de classe” seria a grande conquista democrática da Constituição. Essa luta, na ANC, diante da atuação do “Centrão” (definido, posteriormente, em “Ideologia e utopia do ‘Centrão’”, de 27 de janeiro de 1988, p. 207-210, como “[...] conglomerado de facções de classes burguesas [...]” que carrega consigo “[...] todas as maldições do capitalismo rústico, perverso e selvagem – e nenhuma das virtudes do liberalismo autêntico e do radicalismo democrático-burguês” [...]), teria desmascarado “[...] o compromisso dos partidos da ordem e dos políticos profissionais com a resistência à mudança na sociedade brasileira [...]” e deixado claro que conquistar “[...] a Constituição mais democrática de uma sociedade burguesa [...]” não é “[...] o equivalente histórico da revolução social”.

A leitura do processo e das conjunturas particulares raramente escapa dessa análise: uma Constituição construída sob permanente ataque das forças da reação que, no entanto, saiu-nos a mais democrática da nossa história, graças às pressões dos trabalhadores e da sociedade civil. Mas que manteve laços fortes com o passado que esses trabalhadores teriam, de alguma forma, de encarar.

Debater artigo a artigo do livro tornaria este texto longamente enfadonho e talvez inútil, mas é sintomático que em um texto publicado na véspera da promulgação, em 4 de outubro de 1998, Florestan recorra, mais uma vez, a uma pergunta em seu título: “A Constituição de 1988: conciliação ou ruptura?” (FLORESTAN, 1989, p. 360-362). Nele, Florestan afirma que a Constituição de 1988 “[...] não responde às exigências da situação histórica [...]”, porém “[...] parece melhor que não desperte grandes paixões e deixe em aberto um vasto campo à renovação e à atualização” (uma referência à revisão prevista no próprio texto para 1993, o que acabou não ocorrendo). Se “[...] a ditadura, a ‘Nova República’ e o bloco histórico no poder enredaram-se na ‘conciliação conservadora’ e tentaram submetê-la [...]” à transição “lenta, gradual e segura”, os constituintes “radicais” e de “esquerda” evitaram que isso fosse levado até o fim. O resultado teria sido uma peça que não era “[...] homoganeamente conservadora, obscurantista ou reacionária [...]”, mas, ao revés, abria “[...] múltiplos caminhos, que conferem peso e voz ao trabalhador na sociedade civil e contêm uma promessa clara de que, nos próximos anos, as reformas estruturais reprimidas serão soltas”.

Sem ser uma promessa de revolução mesmo dentro da ordem, “[...] a revolução que a burguesia deveria ter realizado [...]”, ela reporia uma ameaça aos privilegiados. Da nova Constituição emergia “[...] uma quebra de pequenas bastilhas encadeadas, que faziam do Brasil uma bastilha colossal”. No futuro próximo, para fazer essas vitórias se tornarem realidade, seria preciso socializar “os de baixo” cultural, legal e politicamente para utilizarem a Constituição. No meio de um artigo otimista, no entanto, vem a crítica cirúrgica: essa socialização seria central para “[...] extinguir-se a tutela militar, os golpes de Estado e a autocracia burguesa”: “A Constituição só é um recurso para atingir tal objetivo caso

ela se converta em valor e caso se insira no quadro real das lutas políticas da maioria para conquistar liberdade com igualdade”.

Essa leitura de Florestan influenciou significativamente a posição do PT diante do texto constitucional naquele momento. Num texto publicado na *Folha de S.Paulo* de 10 de outubro de 1988, Luiz Inácio Lula da Silva faz uma síntese do que pensava o partido que liderava e que, embora tenha votado contra a Constituição, a assinou e defendeu em muitos aspectos. É uma leitura muito parecida com a de Florestan e eu conjecturaria que o texto teria, inclusive, passado por ele. De modo mais sintético, como já disse, e objetivo, Lula afirma categoricamente: “A Constituição de 1988, simbolicamente, joga no lixo a colcha de retalhos arranjada pela Junta Militar de 1969. Nesse sentido, ela pode abrir caminhos, liberar energias da sociedade civil, surpreendentemente entorpecida pelo comodismo.” A Constituição, no entanto, acolheria, simultaneamente, avanços políticos e sociais conquistados pela classe trabalhadora e, contraditoriamente, “[...] a tutela militar, o sistema de representação antidemocrático, as regalias para o capital e a antirreforma agrária – expressões máximas de seu texto conservador”.

Relidos mais de 30 anos após a promulgação os artigos de Florestan (e o de Lula), é possível perceber a clareza da análise feita a quente do cenário político. A tal “Constituição inacabada” expressou avanços, mas, também, a incapacidade do país em superar as amarras desse passado, mantendo fortes elementos estruturais relacionados a questões como sistema escravista e a construção de uma sociedade de classes autocrática e militarizada. Armadilhas perfeitamente identificadas pelos constituintes da esquerda de 1988, que não tiveram forças – ou imaginaram não as ter – para modificá-las na estrutura social e no texto constitucional quando chegaram ao poder, em 2003. A tutela militar e os temas da segurança pública, aliados a uma supervalorização da propriedade, sobretudo da propriedade de terra, sugeriam que aquela Constituição, deixada ao fluxo dos acontecimentos, permitiria que a burguesia, em algum momento, adotasse a mesma estratégia de 1964, que é de fechar o regime, ou encontrasse novos caminhos para desmontar os avanços sociais previstos em outros pontos do texto constitucional.

Esse pensamento dialético e a atenção ao pequeno e ao grande, à vida individual e à vida coletiva é que permitem a Florestan indicar com uma precisão fulminante qual seria o destino do país se em algum momento não se desmontassem as armadilhas que havia no texto constitucional. Nesse sentido, volto a dizer, como no trecho que citei de *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, que infelizmente nada do que aconteceu de 2014 para cá era imprevisível. Pelo contrário, foram previstos nos textos do político cientista político Florestan Fernandes.

O Florestan pessimista que emerge de *A Constituição inacabada* acerta na mosca, nessas previsões, em que espaços se dariam os conflitos e como esses conflitos seriam tratados e eventualmente resolvidos pela burguesia. Ou seja, como a burguesia mobilizaria suas forças e alianças para lidar com uma sociedade cada vez mais ativa, que luta pelas igualdades, como as de gênero e raça, pela criação de um maior equilíbrio econômico, pela educação pública, por caminhos que ampliassem a universidade pública e fortalecessem o sistema público de saúde. É preciso reconhecer aqui também que essa pauta foi mantida pela esquerda, que aprendeu muito bem a utilizar-se do texto legal para fazer valer os direitos dos de baixo. E, nesse sentido, também acertou o Florestan otimista, que via no fechar da Constituição espaços novos para os de baixo lutarem pelos novos direitos recém-conquistados.

Entretanto, os mecanismos que a sociedade brasileira encontrou a partir de 1988 para reduzir desigualdades estruturais (não necessariamente de renda), e que colocaram em xeque o processo de acumulação, assustaram a burguesia brasileira. Com sua resistência patológica à mudança social, diagnosticada por Florestan nos anos 1960 ainda antes do golpe, ela recorreu a instrumentos jurídicos retorcidos para afastar Dilma ao mesmo tempo que ameaçava com o aparato legal e militar quem ousasse questionar o processo. A burguesia brasileira, mais uma vez, preferiu ceder os anéis para ficar com os dedos, ou seja, aceitou perder dinheiro e colocar o país na rota do retrocesso para não perder o poder.

As análises precisas de Florestan, fossem as otimistas, fossem as pessimistas, sugerem que, mais que político, Florestan atuou como um cientista político na Constituinte. Um “observador participante”, como

poderia classificar um antropólogo. E usou, para isso, os instrumentos dos “cientistas políticos” que selecionou para a Coleção Grandes Cientistas Sociais, ou seja, sem os arranjos e suportes típicos da comunidade universitária e também sem os recursos que considerava inadequados de uma ciência política contemporânea, voltada excessivamente para as instituições e valendo-se em demasia de meios quantitativos. Uma ciência que, para Florestan, não se comprometia suficientemente com a reforma social, quanto mais com a revolução social.

Numa introdução a *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*, de Wright Mills, Celso Castro afirmou que, à medida que aumentava o afastamento do sociólogo norte-americano em relação a seus pares acadêmicos, Mills “buscava escrever mais e mais para o grande público” (CASTRO, 2009, p. 10). Ainda no campo da sociologia, ele teria buscado fazer “a defesa da ‘tradição clássica’ das ciências sociais, inspirado nas maiores influências intelectuais de sua vida – os alemães Karl Marx, Max Weber e Karl Manheim, além dos norte-americanos William James, Thorstein Veblen e John Dewey” (CASTRO, 2009, p. 10). Florestan, afastado da universidade, mas imerso no jogo político, não faz diferente, buscando novos públicos para sua ciência.

É interessante notar que, nesses ensaios, Mills relativiza a absolutização da pesquisa empírica no trabalho do sociólogo: “Ora, não gosto de fazer trabalho empírico a menos que isso seja inevitável. Quando não se tem uma equipe de assistentes, é muito trabalhoso; quando se emprega uma equipe, esta muitas vezes dá ainda mais trabalho.” Ele dizia ainda que, “[...] na condição intelectual das ciências sociais hoje, há tanto a fazer em matéria de ‘estruturação’ inicial (...) que muita ‘pesquisa empírica’ está fadada a ser rala e desinteressante.” E, não menos importante, Mills subordina a pesquisa empírica ao império da razão:

Não há mais virtude na investigação empírica que na leitura. O objetivo da pesquisa empírica é dirimir discordâncias e dúvidas acerca dos fatos, e assim tornar as discussões mais frutíferas ao basear todos os lados de maneira substantiva. Fatos disciplinam a razão; mas a razão é a vanguarda em qualquer campo do saber. (MILLS, 2009, p. 33, e para todas as citações acima).

É preciso tomar cuidado e não ler essa posição de Mills de maneira absoluta. Ele está, claro, forçando o argumento, mas toma uma posição clara no debate, opondo-se a uma subordinação do pesquisador à lógica dos financiadores da pesquisa. Essa questão é também central na vida intelectual de Florestan, em seu afastamento progressivo da universidade e de instituições para universitárias que poderiam abrigá-lo, como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Parece haver, em ambas as trajetórias, contudo, a adoção das ciências humanas como um instrumento de intervenção e como forma de pensar organicamente os problemas da sociedade. Na perspectiva de um intelectual dos trabalhadores ou de um intelectual proletário, essa ciência tem mais dificuldade de encontrar instituições que a sustentem e, como tal, deve recorrer aos recursos que a estão a seu alcance. O método de análise marxista, entre eles, por sua vez, confere às análises de Florestan uma precisão muito maior do que a de tantos cientistas políticos que confiavam num aprimoramento progressivo das instituições a partir de 1988 ou que tantas vezes insistiram que nada substantivo havia mudado nos governos petistas.

Se fazer ciência política é analisar os instrumentos (entre eles os partidos) que a sociedade civil constrói para intervir na vida social, os escritos dos anos 1980 são ciência da mais alta qualidade. Nesse sentido, Florestan viveu a política como ciência, sem jamais deixar de ver a ciência como uma forma de ver e fazer política.

REFERÊNCIAS

BURAWOY, Michael. *Marxismo sociológico: quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica*. São Paulo: Alameda, 2014.

CASTRO, Celso. Introdução: sociologia e a arte da manutenção de motocicletas. In: MILLS, Charles Wright. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: 2009. p. 7-20.

CERQUEIRA, Laurez. *Florestan Fernandes: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FERNANDES, Florestan. *A Constituição inacabada*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

- FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.
- FERNANDES, Florestan. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- GARCIA, Sylvia Gemignani. *Destino ímpar: sobre a formação de Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- MARCELINO, Paula. Marxismo sociológico: quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica. *Revista Crítica Marxista*, Campinas, n. 44, p. 159-161, 2017. Resenha.
- MILLS, Charles Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1969.
- MILLS, Charles Wright. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- RODRIGUES, Lidiane Soares. Centralidade de um cosmopolitismo periférico: a “Coleção Grandes Cientistas Sociais” no espaço das ciências sociais brasileiras (1978-1990). *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 33, n. 3, p. 675-708, dez. 2018.
- SEREZA, Haroldo Ceravolo. *Florestan: a inteligência militante*. São Paulo: Boitempo, 2005.